

Camaradas

Minhas Senhoras

Senhores

Distintos Convidados

Permitam-me algumas palavras que, a meu ver, sustentam esta cerimónia da Nossa Associação.

Em primeiro lugar, relembro o artigo 1º da Constituição:

“ Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular, empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária.”

Relembro também o Juramento de Bandeira que, como militares, fazemos:

“ Juro, como português(a) e como militar, guardar e fazer guardar a Constituição e as Leis da República, servir as Forças Armadas e cumprir os deveres militares. Juro defender a minha Pátria e estar sempre pronto(a) a lutar pela sua liberdade e independência, mesmo com sacrifício da própria vida.”

Este Juramento e o seu suporte Constitucional representam os Valores da nossa Condição Humana que subordinam todos os Valores Profissionais que regem a nossa acção enquanto militares.

Acontece, no entanto, que há décadas que o Poder Político menoriza este facto, como provam a Lei Orgânica do MDN, de 2014, quando ao definir as atribuições da Direcção-Geral de Recursos da Defesa Nacional coloca os “recursos” que designa como “humanos” na mesma plataforma que todos os outros recursos materiais; e a Lei Orgânica de Bases da Organização das

Forças Armadas, de 2022, que define como Princípio Geral da Organização a “correcta utilização do potencial humano.”

Será, então, que como militar sou apenas um “utensílio” para ser “utilizado correctamente.” Por onde anda a minha Condição Humana – a minha soberania e a minha dignidade?

Nos tempos que vivemos, complexos e perigosos, em que Valores Humanos vamos acreditar quando temos nas mãos o Poder definitivo de matar e de morrer?

Como interpretar o que há cerca de 3 anos um ministro afirmou numa entrevista a um jornal :” O maior compromisso do Governo é para com as regras da zona euro e da eu.”?

Para enfrentar este enorme desafio, a AOFA irá desempenhar uma acção crucial na defesa desses Valores Humanos plasmados como estão na Constituição - que Juramos Defender, Cumprir e Fazer Cumprir (como Assume o Comandante Supremo das Forças Armadas na sua Tomada de Posse) – a Soberania da Nossa Comunidade e a Dignidade de Todos e cada um dos membros dessa Comunidade, sem discriminação nenhuma.